

Populismo na comunidade andina: os casos do Peru e da Bolívia

Agustina Martiarena
Universidade Federal de São Carlos

Ana Carol Aldapi Vaquera
Universidade Federal de São Carlos

1 Introdução

O presente trabalho pretende explorar a utilização do conceito de populismo na América Latina, para isto observa dois casos específicos: a Bolívia e o Peru. Ambos países, apesar de compartilharem diversas características históricas e sociais, apresentam diferenças, tanto nos governantes como nas possíveis demandas de populismo. Por isso, o artigo busca aqueles elementos característicos e particulares que possam dar luz à como se constroem as consideradas demandas de populismo em cada caso.

Deste modo, pretende responder a seguinte questão: como se formaram as demandas de populismo na Bolívia e no Peru? Para isto, considera a situação atual da relação da população com a democracia, alguns dos princípios e dos valores da população, bem como suas características históricas, sociais e políticas. Este estudo também permite refletir sobre a aplicação das principais teorias de populismo aos casos andinos.

Desse modo, à luz das principais teorias, observa a relação da população de cada país com a democracia, assim como indicadores que supostamente explicariam a demanda de populismo. Este trabalho se divide em quatro seções: a primeira parte das definições de populismo para depois especificar aqueles que estudam as particularidades do populismo de direita ou de esquerda. Em seguida, a segunda seção observa os dados disponíveis no Latinobarómetro que indicariam a relação da população com a democracia, a confiança nas instituições e a percepção do principal problema do país. Posteriormente, observa, mediante um breve percurso histórico aqueles eventos chaves para a formação de diferentes demandas políticas e como estas foram atendidas em cada caso. Finalmente, apresenta as conclusões.

2 O que se entende por populismo

Existe um grande debate sobre como definir o populismo. Na América Latina, ele começou a ser pensado a partir de uma série de políticos, como Perón, Vargas e Cárdenas. Germani (1964) foi um dos pioneiros na tentativa de definir o fenômeno como um tipo particular de movimento social e político que surgiu nas contradições entre a sociedade tradicional e a industrial.

Um movimento caracterizado pela forma autoritária de dominação e incorporação dos marginalizados à política, valendo-se de um líder carismático com características caudilhistas, mas

sem que esta desenvolva uma ideologia própria ou consciência de classe. Esse conceito serviu de referência para os chamados estudos do “populismo clássico”, que teve representantes importantes, como Di Tella (1965) na Argentina e Ianni (1975) no Brasil.

A década de 1990 trouxe redefinições, colocando ênfase no controle do Estado sobre as massas trabalhadoras, cujos líderes muitas vezes foram chamados de neopopulistas, em referência a figuras como Menem na Argentina e Fujimori no Peru. Weyland (2017) aponta que se visualizava os líderes em relação de diálogo com a massa popular ao tempo que os líderes estariam menos dispostos à criação de instituições, e que se associam ao neoliberalismo.

Uma nova geração de estudos (Weyland, 2017; Panizza, 2005; Laclau, 2005) rejeitou a definição de populismo como consequência de um modelo de desenvolvimento ou um fenômeno unicamente de países dependentes em processo de industrialização e observou a forma como os seguidores são mobilizados. Para eles, o populismo é uma estratégia política, exercida por lideranças carismáticas e personalistas, tanto de direita quanto de esquerda, que se aproveitam de janelas deixadas por crises de representação para ocupar/disputar o poder.

Recentemente, surgem novas formas de observar o populismo (Levitsky; Loxton, 2013), dessa vez como conceito contestatário, cujo impacto nas democracias pode ser de fio duplo. Para eles, o populismo pode ser inclusivo, abrindo espaço político para grupos marginalizados, ou uma via que leve ao Estado a uma forma de autoritarismo competitivo. Isso porque os populistas movimentam as massas por meio de apelos anti-*establishment*, em oposição à elite; são *outsiders*, sujeitos que surgem fora do sistema partidário tradicional e que se vinculam com a massa através de vínculos personalísticos, de forma que se autodenominam os únicos representantes do “povo”.

Outra recente geração de estudos (Mudde, 2005; 2017; Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017) tem enfatizado o papel das ideias como centrais na definição de populismo, conhecida como abordagem “ideacional”. Segundo Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), o populismo é uma “ideologia fina” que divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos, sendo que o “povo puro” enfrenta a “elite corrupta”.

Por ser uma “ideologia fina” o populismo se vincula a outras ideologias ou as assimila. Em geral, ele aparece ligado a elementos ideológicos que permitem a integração de amplos setores da sociedade que se encontravam nas margens do sistema político. Isto posto, o populismo pode adquirir diferentes formas, ou se constituir em diferentes “subtipos”, segundo as demandas do contexto no qual surge.

Ao diferenciar entre populismo de esquerda e de direita, Mudde e Rovira Kaltwasser (2017) afirmam que, enquanto os populistas de esquerda combinam o populismo com alguma forma de socialismo, os de direita o fazem com algum tipo de nacionalismo. Os populistas se baseiam nestas ideologias “hóspedes” para definir e dar sentido ao “povo” ou “elite”.

2.1 Populismo de direita

Mudde (2021) distingue esquerda e direita na atualidade, em termos socioculturais. A direita, em geral, inclina-se para atitudes mais autoritárias, em oposição ao liberalismo da esquerda, e também ao nacionalismo, em oposição ao internacionalismo da esquerda. Há, no entanto, uma distinção entre a

extrema direita, que rechaça a essência da democracia, sendo esta a soberania popular e o princípio da maioria; e a direita radical, que aceita a essência, mas é oposta aos elementos fundamentais desta, como os direitos das minorias ou a separação de poderes.

Ao combinar a definição ideacional do populismo à definição sociocultural da direita, Mudde (2021) define a direita populista radical a partir de três elementos definitórios básicos: 1) o nativismo, que tende a uma espécie de etnocracia de base étnica, cultural ou religiosa, contrapondo os nativos aos “outros”; 2) o autoritarismo, que pune a quem não encaixa nas características conservadoras, do grupo “nós”; 3) o populismo, que antagoniza ao povo ante a elite entendida como a classe política. Para Mols e Jetten (2020), as explicações do aumento do populismo de direita radical do lado da demanda partem da ideia de um vínculo automático e não mediado entre a vida objetiva das pessoas e suas condições de trabalho, assim, como o apelo do partido populista. Desse modo apontam que existe uma associação entre as reclamações, produtos das mudanças socioeconômicas e o aumento da popularidade dos populistas de direita radical. De forma geral, os estudiosos sobre a demanda deste tipo de populismo apontam as demandas que foram identificadas como uma espécie de combustível, sendo as principais delas: a) privação econômica, b) aumento da desigualdade econômica, c) resistência à imigração, d) ansiedade cultural e reação cultural.

A ansiedade econômica pressupõe que os eleitores menos satisfeitos com a sua situação econômica serão mais propensos a votar em candidatos populistas, aqueles que prometem resolver sua situação (Norris; Inglehart, 2019). Esta conta com pouco respaldo empírico (Mols; Jetten, 2000) porque não há uma razão *a priori* para conectar insatisfação econômica e voto na direita populista radical, especificamente. Além disso, não há consenso sobre qual medida econômica de fato prediz o voto.

O aumento da desigualdade tem maior respaldo empírico (Mols; Jetten, 2020). De acordo com essa vertente, mais importante do que os níveis de riqueza, é o modo como ela está distribuída. Sociedades desiguais tendem a optar por cidadãos entre os “vencedores” e “perdedores” da distribuição. Além disso, existem os efeitos psicológicos do distanciamento social. Indivíduos que se sentem à margem da sociedade têm mais incentivos para buscar alternativas de “fora” do sistema, o que favorece o discurso destes populistas (Sprong, 2019).

A resistência à imigração encontra forte suporte empírico, porém localizado, sobretudo, nos países europeus (Lancaster, 2022). Esta situação traz dois medos: a perda dos recursos – ameaça realista – e a perda da cultura e identidade – ameaça simbólica. Na América Latina, no entanto, essa explicação parece mais limitada, não parece ser um tema saliente, pelo menos para a maior parte da realidade da região.

Por fim, a explicação culturalista considera que existem clivagens culturais que favorecem o voto na direita radical. Embora cada país tenha uma trajetória particular, a tendência é que transformações econômicas e demográficas sejam a força motriz que molda as gerações (Inglehart, 1977). Esse processo, no entanto, não é exatamente linear. Crises econômicas ou agitações sociais podem causar “reações” (*backlash*) repentinas favoráveis ao avanço de uma direita radical e populista (Norris; Inglehart, 2019).

Cabe destacar que estas explicações podem ser entendidas como dimensões que aparecem combinadas. Por isso, este trabalho observa todas estas dimensões para ambos casos.

2.2 Populismo de esquerda

O populismo de esquerda, segundo Mudde e Rovira Kaltwasser (2012), se diferencia do de direita por ser inclusivo, ou seja, discursivamente salienta que às massas excluídas do sistema político devem ser representadas pelo líder. A partir desta noção se constrói o corpo político determinado como o “povo” antagonista da “elite”.

Desse modo, o populismo de esquerda é considerado por autores como Mendonça e Resende (2021), Laclau (2005), De la Torre (2013) e Chantal Mouffe (2018) como uma forma política para a radicalização da democracia. Assim, a distinção na forma específica do populismo de esquerda ressalta a articulação dos conteúdos popular-democrático, estudadas principalmente desde os países latino-americanos. O populismo é caracterizado por dividir a sociedade em campos opostos (De la Torre, 2013), o de esquerda entende o antagonismo para a construção política do povo contra seus inimigos (Mendonça; Resende, 2021).

Para Ernesto Laclau (2005), esta dinâmica se assume como um populismo numa lógica política que procura a construção de uma entidade coletiva: o “povo”, este antagoniza o bloco de poder desde uma perspectiva de baixo para cima (Mendonça; Resende, 2021). Para André Kaysel (2018), a construção social do “povo” se constitui como sujeito “pluriclassista”, que lê as identidades populares desde uma concepção “hegemônica” para serem entendidas como coletivo. Consequentemente, o “povo” é construído de forma hegemônica em relação com o líder por meio do discurso (Kaysel, 2018; Mendonça; Resende, 2021).

O debate sobre a concepção do povo é importante na estruturação do populismo de esquerda porque a base de legitimação do líder se sustenta na construção dele. Outra característica é o discurso, construído a partir da articulação de demandas pelo líder na vontade dos “iguais” outorgando voz aos “inferiores” (Mendonça; Resende, 2021). O discurso populista é a representação do povo, o reconhecimento dele para transmitir uma mensagem e concepção das suas demandas.

Desse modo, por meio do discurso, ocorre um processo de representação corporificado na figura do líder. O papel do líder se ergue na construção dele como defensor da democracia e, portanto, da soberania popular. Porém, nesta abordagem há quem entenda que o líder tem a capacidade de manipular as massas (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2012; Bueno, 2013; Weffort, 2003); contraposta a abordagem de que o líder faz um apelo ao povo para ser legitimado e ter essa relação de baixo para cima (Mendonça; Resende, 2021).

Desde as características do populismo de esquerda, pode-se observar desde estes autores, o que ressalta é o seu caráter inclusivo eo papel do líder em relação à construção do povo, a estrutura do discurso defende a inclusão das massas na vida política. A partir dessa caracterização, o debate sobre o populismo se problematiza com sua posição em relação à democracia, ou seja, o populismo pode atomizar as instituições (Levitsky; Loxton, 2013) ou pode radicalizar a democracia e alcançar uma democracia plural como resposta ao desgaste do sistema (Mouffe, 2018; Mendonça; Resende, 2021). Com tudo, e dentro do último debate, o populismo de esquerda poderia ser aquela alternativa para chegar ao poder para transformar as relações de força do Estado para aprofundar a democracia (Mouffe, 2018).

3 Observando o populismo

A partir dos dados disponíveis na base de dados do Latinobarómetro *online*, este trabalho observa algumas das explicações do populismo antes mencionadas nas abordagens teóricas. Partindo das especificidades do populismo de direita para observar se existe *a priori* algum contraste com as da esquerda. Foca, assim, em: privação econômica, aumento da desigualdade econômica, resistência à imigração e, finalmente, ansiedade e reação cultural.

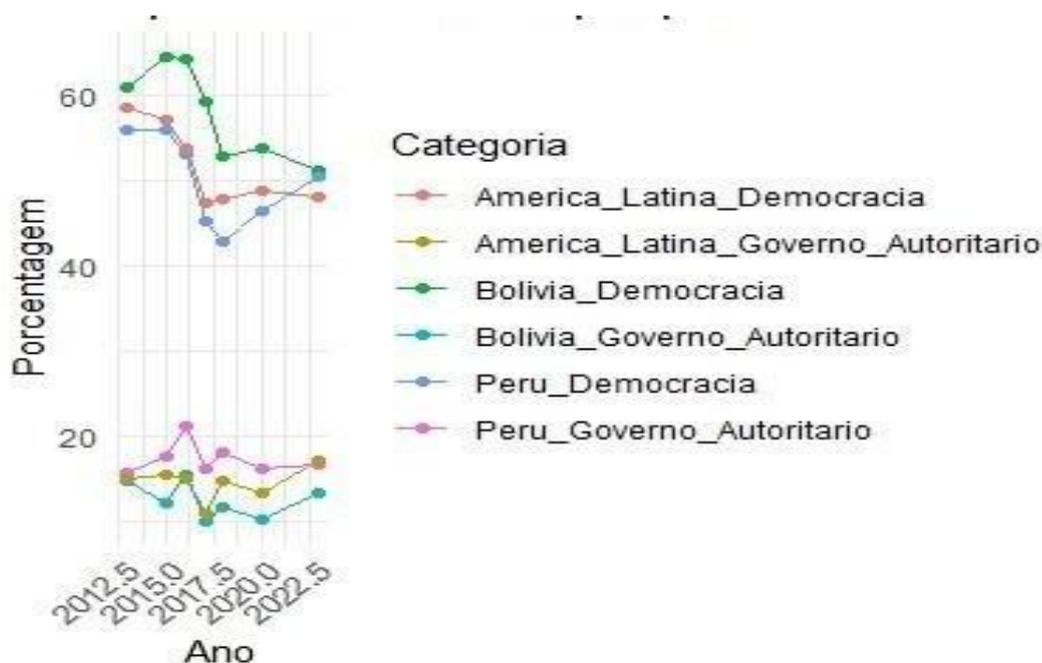
Antes disso, cabe realizar um exame sobre a relação dos cidadãos de ambos países e a democracia. Isto porque, como foi apresentado, há um grande debate sobre a relação entre populismo e democracia e é fundamental a visão maniqueísta enfrentando o povo e algumas instituições políticas em ambos tipos de populismo.

Alguns autores se perguntam se as democracias estão morrendo pelo avanço dos populismos (Levitsky; Ziblatt, 2018), outros afirmam que ameaçam às instituições democráticas (Müller, 2018; Mounk, 2018); outros se preocupam com a generalização da associação entre populismo e autoritarismo (Mendonça; Machado, 2021), afirmando que América Latina, no início do século e a onda progressista de lideranças políticas como Evo Morales foram considerados populistas, mas dificilmente autoritários. O populismo pode ser, ao mesmo tempo, ameaça e corretivo para a democracia ao apontar suas falhas (Mudde, 2005; 2017; Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017; Levitsky; Ziblatt, 2018), por isso a importância de observar os diferentes casos.

Considerando a importância deste debate e buscando compreender nossos objetos de estudo, este trabalho observa, a partir dos seguintes quadros, a relação da população boliviana e peruana com a democracia e suas instituições

5

Figura 1 - Apoio à democracia por país



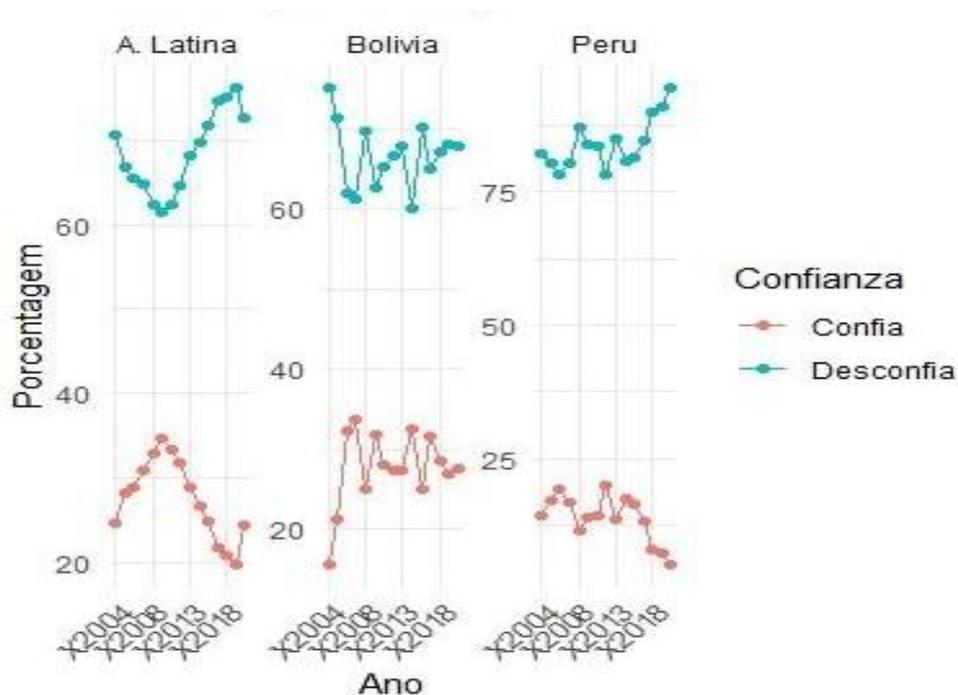
Elaboração própria a partir da base de dados online do Latinobarómetro

Aqui, pode se ver como Peru e Bolívia apresentam um comportamento relativamente similar ao do restante do continente em relação à democracia. Cabe destacar que o ano 2006 mostra o momento em que os bolivianos começaram a se mostrar mais democráticos do que o restante do continente, especificamente porque coincide com o primeiro ano de governo de Evo Morales. A partir daqui a história boliviana mudou respeito à relação do apoio e aderência à democracia e participação formal, marcando novos começos e avanços no país (Viscarra, 2017) diferentemente do que aconteceu no Peru.

Em relação a Peru, observam-se oscilações, geralmente mais baixas que as do restante do continente, superando-o unicamente entre 2011–2015, coincidindo com um período de relativa estabilidade democrática no país.

Com a finalidade de observar outras dimensões da democracia que poderiam aportar mais informações para nosso caso de estudo, serão observados os níveis de confiança da população nas principais instituições.

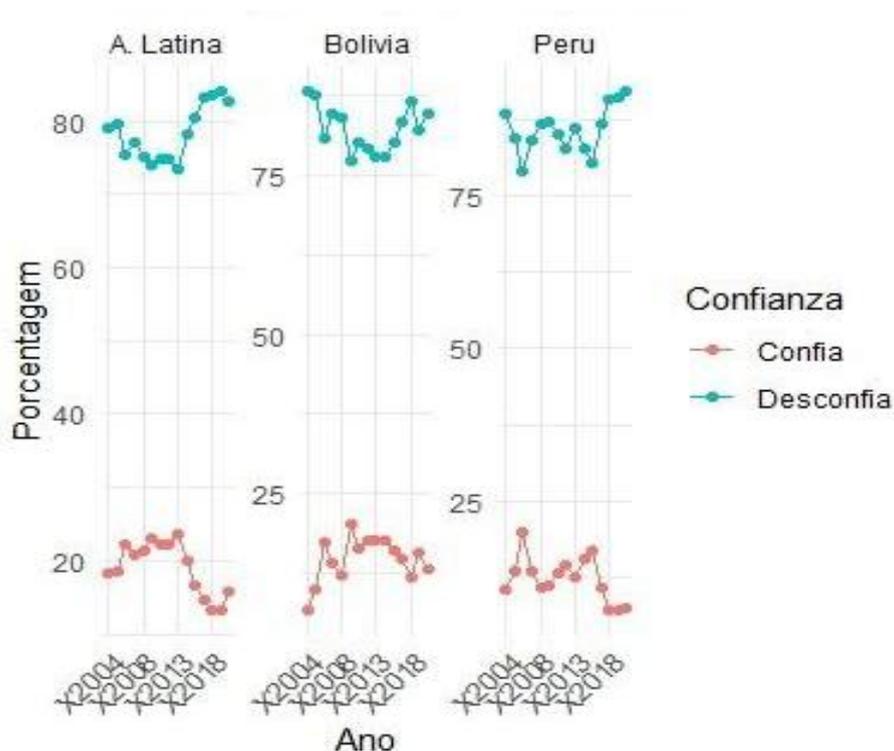
Figura 2 – Confiança nas instituições: Congresso



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados online do Latinobarómetro

A partir deste gráfico é possível observar como a instituição na que os bolivianos mais confiam é o governo. Desde 2006, a confiança dos bolivianos no governo ultrapassa a do continente em geral. A população apresenta níveis relativamente altos de confiança no Congresso, especialmente desde 2015. Contudo, a confiança nos partidos políticos é baixa neste caso em relação às outras instituições, assim como se verifica no continente.

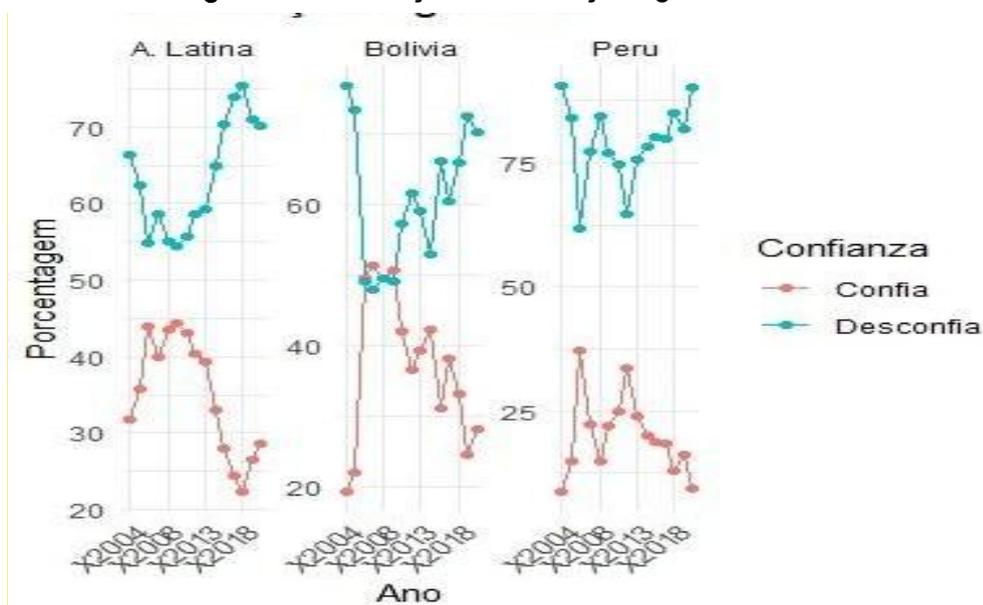
Figura 3 – Confiança nas instituições: Partidos Políticos



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados online do Latinobarómetro

7

Figura 4 – Confiança nas instituições: governo



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados online do Latinobarómetro

A partir deste gráfico, é possível observar como a instituição na que os bolivianos mais confiam é o governo. Desde 2006, a confiança dos bolivianos no governo ultrapassa a do continente em geral. A população apresenta níveis relativamente altos de confiança no congresso, especialmente desde 2015.

Contudo, a confiança nos partidos políticos é baixa neste caso em relação às outras instituições assim como respeito ao continente.

No caso peruano, é particularmente interessante observar a constante baixa confiança no Congresso; especialmente na última década, quando esta instituição tem se fortalecido nos conflitos com o Poder Executivo. Além disso, pode-se constatar uma notável falta de confiança nos partidos políticos, com exceção de 2006. Este ano aumenta substancialmente a confiança no governo, em que pese não retomar valores tão altos, mantém-se elevado em relação às outras instituições.

Como mencionado anteriormente, Mols e Jetten (2020) apontam como uma das explicações do aumento do populismo de direita radical a ansiedade econômica ao tempo que demonstram a dificuldade na sua medição. O Latinobarómetro responde perguntas como "acha que sua situação econômica e a da sua família será muito melhor, um pouco melhor, igual ou muito pior nos próximos doze meses?". A variação com o passar do tempo e entre os casos são muito estreitos para permitir observar alguma particularidade.

Este trabalho considera importante observar a percepção do principal problema do país. Em parte porque garante uma aproximação a como a população entende assuntos como economia, justiça social e imigração, que as teorias ressaltam como fundamentais na formação de demanda de populismos de direita. Outro propósito é obter informação sobre os sentimentos da população em relação à política, ao sistema democrático e à sua situação pessoal.

Quadro 1 - Principal problema do país

Bolivia	Salários	Pobreza	Distribuição de Riqueza	Emprego	Inflação	Economia	Segurança	Corrupção	Política	Imigrantes
2004	0,4%	9,6%	-	21,2%	21,5%	-	0,4%	6,4%	-	-
2005	12,7%	6,1%	0,3%	24,2%	2,4%	-	5,1%	9,2%	21,3%	-
2006	0,3%	25,7%	0,3%	25,7%	0,3%	-	1,8%	8,4%	18,8%	-
2007	0,3%	9,3%	0,7%	16,3%	3,9%	17,3%	2,2%	8,9%	16,3%	-
2008	-	1,9%	0,4%	4,2%	6,0%	13,2%	1,0%	1,3%	55,5%	-
2009	0,7%	12,4%	1,2%	20,9%	2,7%	13,4%	7,0%	6,2%	15,2%	-
2010	0,1%	11,0%	0,8%	20,9%	2,4%	22,6%	5,0%	7,8%	12,9%	-
2011	0,1%	10,5%	0,7%	16,0%	2,7%	21,0%	12,7%	7,3%	10,2%	-
2013	0,3%	4,3%	0,6%	13,0%	2,9%	15,1%	25,6%	7,3%	12,8%	-
2015	0,3%	6,0%	0,6%	11,8%	0,9%	10,8%	25,1%	9,0%	2,0%	-
2016	0,1%	5,8%	0,4%	8,9%	0,7%	13,7%	14,9%	16,3%	6,6%	-
2017	7,6%	5,8%	1,0%	11,7%	2,5%	9,0%	14,0%	11,0%	3,2%	-
2018	9,7%	6,1%	0,7%	12,1%	0,2%	9,6%	7,1%	10,8%	6,7%	0,1%
2020	5,6%	2,6%	0,7%	12,8%	0,6%	18,3%	1,1%	10,7%	12,4%	-
Peru	Salários	Pobreza	Distribuição de Riqueza	Emprego	Inflação	Economia	Segurança	Corrupção	Política	Imigrantes
2004	0,0%	7,9%	-	43,3%	23,3%	-	2,4%	3,2%	-	-
2005	1,1%	9,2%	0,7%	47,1%	1,5%	-	2,6%	5,6%	7,9%	-
2006	0,3%	24,1%	1,0%	34,6%	1,0%	-	10,2%	4,7%	2,1%	-
2007	0,6%	16,4%	1,0%	28,9%	3,1%	13,3%	5,3%	11,3%	2,7%	-
2008	0,3%	10,9%	0,3%	21,1%	16,6%	25,6%	3,7%	4,4%	4,4%	-
2009	0,3%	18,9%	1,1%	28,8%	1,6%	21,9%	6,7%	6,0%	2,8%	-
2010	0,6%	16,7%	0,2%	21,5%	1,6%	17,7%	19,3%	10,3%	1,4%	-
2011	0,4%	17,4%	1,2%	19,9%	3,1%	13,8%	20,8%	7,9%	1,3%	-
2013	0,4%	11,2%	0,1%	14,7%	1,0%	8,7%	37,0%	8,3%	0,6%	-
2015	0,3%	7,1%	0,2%	17,6%	0,3%	6,7%	38,0%	12,0%	3,7%	-
2016	0,4%	5,4%	0,3%	7,1%	0,3%	6,4%	54,9%	9,4%	1,4%	-
2017	1,8%	3,6%	0,4%	7,2%	0,4%	8,0%	40,0%	20,6%	2,3%	-
2018	0,3%	4,3%	0,4%	6,6%	1,2%	10,9%	25,9%	21,1%	8,8%	0,1%
2020	0,2%	4,1%	-	9,0%	0,1%	15,0%	6,9%	19,7%	20,8%	a

Elaboração própria a partir da base de dados online do Latinobarómetro

A partir desta tabela, pode-se observar que em ambos casos o desemprego e problemas econômicos se mostraram com presença similar. A peculiaridade no caso peruano se centra na insegurança e na corrupção, no entanto, na Bolívia seriam os problemas políticos que no anterior

aparecem relevantes unicamente em 2020.

A partir daqui já podemos começar a pensar a diferença dos conflitos internos e conjunturais que cada país iria apresentar. Assim, como convidam a pensar a relação destes com as variações no apoio à democracia e confiança nas instituições à luz dos momentos políticos que atravessa cada país nos períodos indicados.

Estes problemas contribuem à explicação da formação das demandas da população, que, posteriormente, poderiam vir a ser utilizadas pelos líderes populistas em cada caso. Como pode se visualizar neste quadro, há uma baixa percepção de problema a respeito da distribuição da riqueza e da imigração.

Sobre a reação cultural, resulta difícil sua observação a partir dos dados desta base de dados. Portanto, este trabalho, observa a história política de ambos os casos, assim como as características que os autores relacionam com o populismo. Com especial ênfase nas manifestações que geraram legados na atualidade, assim como a conformação de demandas da população e como o sistema político responde.

4 A história importa

Esta seção propõe observar os elementos históricos que poderiam apresentar explicações contextuais da formação de demandas populistas em cada caso. Ambos países apresentam similitudes e diferenças que poderiam ajudar a compreender a demanda atual.

Primeiramente, cabe destacar que o *Virreinato del Alto Perú*, subdivido em Real Audiências, significou uma fratura territorial na região, dando lugar à organização dos territórios, a qual foi mantida para estabelecer as fronteiras atuais. Podemos entender, portanto, que o compartilhamento de etnias e cultura entre Peru e Bolívia se baseia numa herança comum, prévia e pós-colonização.

Ambos, pese a terem sido colônias espanholas, tiveram processos complexos que, de certa forma, levaram a processos diversos na formação do Estado, com os particularismos de cada um. Peru foi o principal Vice-reinado da Espanha na América, com uma forte estratificação social tanto por nível de riqueza como de etnia, e com forte presença da igreja católica. A Bolívia também se estruturou sob a hegemonia de um estrato social onde pré-existem várias etnias e, apesar de ser um país principalmente católico, sua população pratica vários sincretismos devido à grande influência das culturas indígenas, e a sua principal fonte econômica continua sendo a exploração dos recursos naturais.

Este trabalho não pretende aprofundar-se nos desdobramentos da colonização e seu legado, mas reconhece a importância destes na formação dos Estados, assim como os mitos fundacionais no imaginário coletivo e da formação de identidade, de valores e atitudes. Pelo curto espaço deste trabalho, aprofundaremos aspectos que levaram estes países a serem propícios para o surgimento do populismo. Neste artigo se observa como em cenários com estruturas e heranças similares.

4,1 Muita continuidade, dificuldade nas mudanças: uma breve história política do Peru

Como exposto, Peru apresenta uma frágil democracia atravessada por várias quebras autoritárias. Esta democracia se mostra débil até os dias atuais, quando a democracia que parecia estar se consolidando entre 2001 e 2016 não consegue que os presidentes eleitos finalizem seus mandatos.

O principal problema deste país é, para Cotler (1980), a falta de uma classe dirigente capaz de realizar um processo de integração nacional e político da sociedade peruana. Para este autor, as classes dirigentes que originaram o Estado não buscaram mostrar este como o representante dos interesses coletivos. Esta perspectiva se alinha à de Gil (2022), que considera que no Peru do século XIX não surgiu um partido conservador ou religioso porque não era necessário. Também afirma que não existiu no país, diferentemente da região, uma força política liberal que se opusesse à oligarquia ou à elite conservadora ligada à colônia.

Esta seção mostra também que, inclusive nos momentos de democracia, o Estado optou pela repressão dos conflitos, incentivando o aumento da violência como recurso político, e não a inclusão. Deste modo, visibiliza-se que a construção deste Estado foi dirigida por uma oligarquia excludente, que se afastou dos interesses populares.

Entre 1919 e 1930, no segundo governo de Leguía - *oncenio* de Leguía- se esperou a integração das classes populares. Contudo, o governo optou por um modelo de expansão do capital sem interferir na organização das classes. Como marca Cotler (1980), durante o final do segundo mandato, começa a eclodir este sistema oligárquico.

Neste contexto, em 1924 é fundado o *Partido Aprista Peruano* (APRA) liderado por Haya de la Torre, que reuniu a pequena burguesia urbana, de caráter nacionalista e democrático (Colter, 1980) e, em 1928, Mariátegui impulsiona a fundação do *Partido Socialista Peruano*, anticolonialista, socialista e comunista. Este último desapareceu em 1930 após a morte do líder, deixando um forte legado na esquerda peruana e latino-americana. Pese à aparição destes partidos e sua propaganda ideológica, o Estado continuou sem incorporar os interesses populares e a reprimir manifestações; consequentemente o APRA passou a funcionar como agregador de interesses.

Simultaneamente, o fascismo que cresce no mundo, ecoa no Peru, surge, assim, um partido chamado *Unión Revolucionaria* (UR), que governou após o golpe de Estado que derrocou a Leguía, entre 1931 a 1933. A partir deste momento, sucede-se uma série de governos ditatoriais nos quais partidos e opositores são perseguidos, especialmente *apristas* e comunistas.

Cabe destacar que existiu um momento democrático - 1945 a 1948 - durante o qual governou José Luis Bustamante. Eleito democraticamente, a partir de uma aliança de partidos, na qual o principal era o APRA¹. Assim, como os anteriores, um golpe de Estado interrompe o mandato, após os militares ao mando de Manuel Odría tomarem o governo. Tal quadro durou até 1956.

Este golpe culmina com a volta de um ex-presidente, Manuel Prado Ugarteche. Apesar de ser conservador, permitiu a volta do APRA à política, o que desgastou mais seu governo, o qual acabou em outro golpe de Estado. Para Gil (2022), esta nova crise do Estado oligárquico originou novos partidos de direita, como: *Acción Popular* (AP), *Partido Popular Cristiano* (PPC) e *Unión Nacional Odríista* que representaram interesses e demandas conservadoras.

¹ Com o nome de *Partido del Pueblo*, já que, por ter sido criado no México, era considerado internacional, o que fazia com que a Constituição de 1933 o impedisse de concorrer.

Durante a década de 1960, o governo de Belaunde Terry (AP) prometeu reformas que não conseguiu cumprir, originando protestos que foram novamente reprimidos violentamente. Cabe destacar que este governo, diferentemente dos anteriores, buscou integrar aqueles das margens, especialmente os povos indígenas, contudo de forma paternalista e ignorando suas particularidades, mediante sua doutrina “*La conquista del Perú por los peruanos*” (Dourojeanni, 2017).

Este momento coincide com a unidade da esquerda sindical e a explosão da guerrilha, gerando uma reação na qual APRA, setores médios, Igreja e governo buscaram reformas para frear a esquerda. Assim, em 1968, ocorre um novo golpe de Estado. E o *Governo Revolucionário das Forças Armadas*, instituído a partir dele, pretende deter tanto a esquerda quanto a reforma, numa ditadura militar que durou 12 anos.

Na década de 1980, Peru, assim como grande parte da América Latina, volta à democracia. Com ela retorna Belaunde ao governo, seguido por Alan Garcia do APRA, para esse momento o partido mais antigo do Peru. As eleições desta década mostraram um sistema de partidos reconstruído que se apresentava como representativo e relativamente estável. Este se conformou com partidos como: Izquierda Unida (IU), APRA, AP e PPC. Todos estes, para Tanaka e Vera (2010) com bases sociais sólidas, articuladas a sindicatos, grêmios e organizações nas quais a competição se baseia na ideologia, conseguindo atingir a grande maioria das preferências eleitorais.

Na mesma década aparecem outros elementos importantes: a hiperinflação e o retorno de grupos terroristas *Sendero Luminoso* e *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (Rubio, 2016). Ao mesmo tempo, o governo do APRA estava desgastado também pelo personalismo exacerbado do Presidente García (Degregori; Grompone, 1991). Estes autores e Gil (2022) consideram que, neste momento, a direita se reagrupa como opositora, especialmente após a tentativa de nacionalização dos bancos, em um contexto de aumento da insatisfação social com as instituições políticas.

Um dos partidos novos que mais se destaca é o neoliberal *Movimiento Libertad*, do escritor Mario Vargas Llosa, em 1987, que mais tarde formou uma aliança com a AP e o PPC, o *Frente Democrático* (Fredemo). Este lançou a frustrada candidatura presidencial de Vargas Llosa nas eleições gerais de 1990.

Estes novos partidos, assim como os anteriores, não conseguiram chegar às classes populares, espaço que foi aproveitado por um candidato *outsider*, Alberto Fujimori. Para Conaghan (2000), a crise da direita peruana da década de 1990 expressou o processo de desintegração dos partidos ao mesmo tempo em que aumentou o conflito armado, gerando um senso comum de que os políticos não conseguem resolver os principais problemas do país.

4.1.1 A construção do legado fujimorista

Pode-se dizer que Fujimori é um populista com características particulares, algumas das quais serão importantes para este trabalho. Após o desgaste dos partidos, em 1989 governa pela primeira vez um partido novo, criado ao redor do líder, o partido *Cambio 90*, que agrupou desde pequenos industriais, comerciantes e “informais” até profissionais e pastores evangélicos. Fujimori, engenheiro agrônomo e reitor da Universidade Nacional Agrária, filho de japoneses e com dificuldades para se expressar corretamente em castelhano, apresentou-se com uma imagem próxima ao povo (Degregori; Grompone, 1991).

Outro elemento que surpreendeu a política peruana foi o fato de ter vencido a eleição por mais de 20% dos votos de diferença a uma das figuras mais importantes da cultura e da política peruana, Mario Vargas Llosa. Ao mesmo tempo cabe destacar que se enfrentou a um Congresso, no qual não controlava a maioria e se elegeu em uma eleição onde se verificou a maior distância ideológica, tanto nos movimentos revolucionários, quanto nos partidos políticos (Rubio, 2016).

Em síntese, foi capaz de se mostrar como o único representante do povo, incorporando o eleitorado que se encontrava marginalizado. Pela sua origem e condição social, conseguiu se mostrar anti-*establishment*, e único representante dos *cholos*² e pardos em oposição à elite branca e rica. Sua desconfiança nas instituições foi o argumento para o autogolpe de 1992, promovido com o apoio das Forças Armadas e da opinião pública. Segundo Levitsky e Loxton (2013), contou com 80% de aprovação. Para estes, foi um governo de autoritarismo competitivo, com uma nova Constituição e novas eleições nas quais foi reeleito, monopolizando o poder e perseguindo a oposição.

Na eleição dos 2000, novamente habilitada a reeleição, autoridades eleitorais e meios de comunicação se mostraram parciais. Para Levitsky e Loxton (2013), as eleições foram democráticas, unicamente porque Fujimori renunciou desde Tóquio, depois da divulgação de um vídeo que mostrava a corrupção do seu governo.

Apesar de ter sido um governo ditatorial, concluído por corrupção, o *fujimorismo* conseguiu instalar características fundamentais da direita peruana que depois formam parte da opinião pública (Gil, 2022). A primeira foi a defesa do modelo econômico neoliberal - inspirado nas propostas de Vargas Llosa -, institucionalizado na Constituição de 1993. A segunda foi o uso recorrente do discurso de “mão dura” no combate à criminalidade, especialmente a guerrilha.

Outro legado do *fujimorismo* é a fragilização do Estado e da política em geral, não só a partir das políticas como por meio do discurso antipolítico e anti-institucional que marcou a cultura política (Tanaka; Vera, 2010). Deste modo dificulta a re-institucionalização democrática em um país com poucas experiências democráticas.

Nesse sentido, após o *fujimorismo* surge um novo tipo de partido, o “partido descartable” (Rubio, 2016). Essas são agrupações políticas sem fundamentos nem bases ideológicas, comandadas por líderes personalistas, que surgem a cada nova eleição. O autor coloca como exemplo a eleição de 2000, na qual Alejandro Toledo venceu Fujimori: o partido de Toledo foi *Perú es Posible*, criado por ele mesmo em 1994. Nesta eleição, os partidos antigos obtiveram somente 1,6% dos votos.

Apesar de Toledo também ser *outsider* e fazer uma campanha anti-*establishment*, não pode ser considerado um populista, segundo Levitsky e Loxton (2013). Isto porque, embora a sua origem indígena, ele não agrupou esta população. Ao mesmo tempo, estudou em Stanford e manteve vínculos com as elites, sendo apoiado por partidos tradicionais, como AP e figuras como Vargas Llosa, conseguindo atravessar os conflitos com o Congresso por meio de negociação de forma institucional.

A estabilidade política do Peru que começa com Toledo continuou durante o governo de Alan García (2006-2011). Este último, era um político de carreira, ex-Presidente (1985-1990) e pertencente a um partido tradicional, o APRA. Ele se colocou no centro ideológico, competindo com o conservadorismo do PPC e a esquerda do *Partido Nacionalista Peruano*, fundado em 2005. Por suas

² O termo *cholo* é usado no Peru e na Bolívia para se referir às pessoas com ascendência indígena. Dependendo do contexto, sua conotação pode variar, mas, na maioria das vezes, pode ter um significado negativo ou pejorativo.

alianças, Garcia conseguiu formar maioria no Congresso.

Tanaka e Vera (2010) consideram que as eleições de 2006 mostram como funciona o que consideram um novo sistema de partidos. Isto porque enfrentaram um candidato *outsider*, Humala, que definem como crítico do sistema, bem como Toledo, que propunha a mudança social dentro do sistema. Também porque se inauguraram novas clivagens: regionais, étnicas e de classe. Como se verá no final desta seção, elas são fundamentais para entender o momento atual.

Em um contexto de crescimento econômico sustentado e mal uso dos recursos, especialmente no contexto rural, multiplicaram-se os protestos sociais no país. Contudo, estas foram desarticuladas e debilitadas, usando métodos que vão desde a confrontação ao diálogo. Esse contexto foi abrindo espaço para novas opções antipolíticas e antissistema (Tanaka; Vera, 2010).

Ao mesmo tempo, para estes autores, aumentou a autonomia do Congresso, do Poder Judicial e dos organismos de controle e fiscalização, assim como das Forças Armadas e policiais. Também foi implementada uma legislação que buscou a participação dos cidadãos em todos os âmbitos de governo e criada uma lei de partidos que buscou elevar as barreiras de entrada ao sistema para fortalecer os partidos mais consolidados.

Contudo, conforme Tanaka e Viera (2010), não aumentou a participação nem acabou a fragmentação política. Como foi apresentado na seção anterior, o Congresso é das instituições nas quais os peruanos menos confiam e é difícil de ser reformado. Os autores mostram que os movimentos regionais, assim como os partidos, não conseguiram canalizar os problemas da população no nível nacional.

Após o período de estabilidade, explodiu uma nova crise política da qual Peru ainda não se recuperou. Ela começa quando Pedro Pablo Kuczynski e o seu partido *Peruanos Por el Kambio* (PPK) inauguram a série de presidentes peruanos que não conseguem terminar seu mandato. Esta crise em parte mostra o legado *fujimorista*. Isto porque, como mostra o jornal BBC de 22 de março de 2018, PPK se aliou com Kenji Fujimori para se manter no poder oferecendo como moeda de troca o indulto ao pai (Miranda, 2018), enquanto Keiko, desde a oposição, mostrou os vídeos com a aliança que levou à renúncia do Presidente antes da sua segunda votação por desconfiança. Este artigo demonstra que o *fujimorismo*, apesar de suas divisões internas, mantém-se forte e tem um voto cativo de 25% do eleitorado.

Na última eleição (2021), uma série de fatores se combinou à constante instabilidade dos presidentes peruanos. Para Gil (2022), é o momento final do processo de politização do movimento conservador. Aqui tem um papel fundamental a incorporação da agenda religiosa, que começa Alberto Fujimori ao integrar pastores evangélicos ao seu partido.

Esta eleição ocorreu no momento em que se enfrentaram dois modelos de país, um de esquerda e outro de direita. Entre outros assuntos, o primeiro propunha reformar a Constituição e o segundo conservá-la. Pela esquerda, o partido *Perú Libre*, caracterizado como maxista e *mariateguista*, impulsionou a Pedro Castillo, um sindicalista de magistério rural, que afirmava defender e representar o povo marginalizado pelo Estado e oprimido por grandes empresas de capital estrangeiro, especialmente as extrativistas.

Ao mesmo tempo,, para Gil (2022), a direita foi majoritariamente representada por Keiko Fujimori, com o partido *Fuerza Popular* e respaldada pelos partidos de direita menos radical:

Renovación Popular e *Avanza País*. Embora esses dois partidos tenham obtido 36% dos votos na primeira rodada, o que significa uma queda no nível de votação, este é o momento em que Keiko consegue unificar a direita partidária. Keiko também conseguiu reunir os interesses dos meios de comunicação, empresários, ex-militares, grupos religiosos, liberais e conservadores, principalmente com a ideia do combate ao comunismo, representado em Castillo.

No Peru, assim como nos Estados Unidos de 2020 ou no Brasil de 2022, depois da vitória de Castillo, começaram as acusações de fraude. Isto levou ao aumento da polarização e da continuada crise política, já impulsionada pela pandemia da Covid-19. A direita, encabeçada por Keiko, conseguiu a maioria no Congresso, o qual, após não conseguir provar a fraude, realiza o pedido de vacância presidencial. Este processo vai ser o que finalmente destitui o Presidente, após este tentar dissolver o Congresso, pouco depois de completado seu primeiro ano de governo.

A direita atual, diferentemente da anterior, não tem problemas em convocar saídas antidemocráticas, já que se encontra ao mesmo tempo mais unida e mais radicalizada (Gil, 2022). A direita peruana atual coincide com as características apontadas por Cotler (1980), assim como apresenta características novas: a defesa do novo *status quo*, especialmente a Constituição *fujimorista*, uma narrativa anti-*establishment* e anticomunista como deslegitimadora da oposição. Assim corresponde com a caracterização do populismo, especialmente a visão maniqueísta e que procura enfrentar a política corrupta.

Finalmente, cabe destacar que esta direita tem suas particularidades. Peru ainda não debate assuntos da chamada “agenda de direitos”, como aborto ou matrimônio igualitário (Gil, 2022). A agenda principal continua sendo sobre as políticas de lei e ordem, crescimento e distribuição econômica. Contudo, apesar de não ser mencionada entre os principais problemas do país, esta direita populista começa a colocar os assuntos morais na agenda. Atualmente, os conflitos étnicos e regionais se misturam com aqueles que pedem uma nova Constituição e a renúncia de todos os políticos, especialmente da Vice-presidente, que parece governar mais pela aliança com o Congresso - do *fujimorismo* -, e menos por legitimidade popular.

4.2 Descontinuidades na história política boliviana

Por sua parte, a transformação da política boliviana se desenvolveu ao redor de uma complexa construção étnico-social que surge de um conturbado processo histórico. O Estado boliviano teve uma grande evolução histórica, ao se tornar o Estado Plurinacional em 2009, após o texto constitucional ser votado e aprovado por referendo. Isto distingue o país andino, pois seus processos de construção estatal tiveram uma direção única.

Após a independência, o país se estrutura sob uma herança colonial, que regula as relações de poder. A essa sociedade de construção complexa, Zavaleta (1986) confere a categoria de sociedade *abigarrada*, o que significa que há um multiculturalismo com contextos sociais diversos que coexistem simultaneamente. Assim, Zavaleta (1986) também descreve as formas de produção do Estado boliviano, de modo que seu desenvolvimento e crescimento dependem das exportações de matérias-primas (exploração de minérios), abrindo espaços para a formação de grupos representativos tanto como sindicatos quanto como corporações empresariais (Linera, 2009), as quais hoje em dia compõem o poder político na Bolívia.

A coesão estatal boliviana foi constantemente disputada ao longo da história do país. Em primeira instância, a Revolução de 1952 abriu uma fissura colonial, na qual indígenas passaram a ser reconhecidos como sujeitos políticos, questionando a estrutura do sistema boliviano. A Revolução de 1952 também abriu espaço para a construção de novas formas econômicas, culturais e especialmente políticas, a transformação do Estado atualmente procede dessa abertura que se iniciou neste momento histórico.

A formação do Estado, mesmo após esta revolução, não consegue atomizar a sociedade, o que Zavaleta (1986) identifica como Estado Aparente, no qual as fragilidades do Estado moderno deixam de ter uma relação orgânica com as populações que pretendem governar. A fissura do sistema partidário se manifesta na separação das instituições "tradicionais" e das ações das organizações sociais.

Então, o período da redemocratização na década dos anos 80s introduziu uma nova configuração ao sistema do Estado, com novas reformas políticas para cobrir os gastos públicos e o fechamento de várias minas que o Estado boliviano teria assumido, reduzindo as políticas nacionalistas quase ao seu desaparecimento. Assim, inaugura-se um novo período econômico neoliberal onde a maioria das empresas são privatizadas e o gasto público reduzido.

Ao mesmo tempo, o sistema partidário estabeleceu um sistema de pactos chamado "democracia pactada", para gerar governabilidade com o apoio das câmaras, o que levou a que o sistema voltasse ao formato de exclusão das massas. Ao mesmo tempo, houve a privatização das empresas e a realocação dos mineiros, em razão do fechamento das minas. Diante desse cenário, os partidos políticos que antes das privatizações tinham uma linha mais nacionalista foram redirecionados por elites que defenderam seus interesses e dos donos de empresas que privatizaram o sistema estatal. A força do pensamento nacionalista após o período ditatorial e a estrutura excludente do sistema de partidos levou ao desgaste de um sistema que, após quase 20 anos, voltou a ter como foco aos setores populares.

Por um lado, a guerra da água em 2001 foi um importante precedente na história do país e do mundo sobre o debate dos recursos naturais e a importância do acesso à água como direito humano. Entretanto, a guerra do gás, em outubro de 2003, abriu o precedente de luta contra a pilhagem dos recursos naturais, levando o debate à Assembleia Constituinte para reafirmar a soberania do país e a redemocratização do Estado (Quiroga, 2013) entre outras demandas, que abriram um precedente às mudanças estruturais que o país incorporou na nova Constituição.

As crises políticas de 2001 e 2003 levaram à crise do sistema, enquanto as bases sociais e o campesinato foram rearticuladas a partir de diversas demandas históricas. Junto com a incorporação de novas bases políticas, o sistema político boliviano preparava o terreno para as eleições de 2005, nas quais Evo Morales sairia vitorioso, sendo eleito como o primeiro presidente indígena da Bolívia, abrindo um novo capítulo na história do país.

4.2.1 Conformação das organizações pluriétnicas e multiculturais no Estado Plurinacional

O *Movimiento Al Socialismo* (MAS), partido do Evo Morales, passou a hegemonizar internamente as demandas da heterogeneidade de grupos na Bolívia naquele processo de desgaste que a democracia pactuada estava apresentando.

Primeiramente, o MAS foi o representante de um dos sindicatos e produtores de coca do Trópico de Cochabamba para depois extrapolar o ambiente urbano, dando início a uma demanda corporativista, instituindo a *Asamblea para la Soberanía de los Pueblos* (ASP)³. Seguidamente, o partido irá a tomar a sigla do MAS para retomar a disputa política. O MAS teve como parte de sua história as lutas históricas dos povos originários e suas conexões com o passado retomam legados do nacionalismo de meados do século XX, reivindicando as raízes originais, levando à refundação do Estado, através do *katarismo* dos anos 70 e do *indianismo* de Fausto Reinaga, buscando conciliar o nacionalismo com as raízes indígenas na construção de um Estado moderno.

No entanto, a questão indígena foi o eixo central da construção partidária. O partido se consolidou em torno de quatro organizações de base: Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB), Confederación de los Pueblos Indígenas de Bolívia (CIDOB) e a Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Siza (FNMCB-BS). Estabelecendo o partido como Instrumento Político para a Soberania dos Povos MAS-IPSP (Quiroga, 2013) como o partido com maior abrangência e representatividade no país.

Já nessa etapa, os diversos partidos tradicionais deixaram de ser um veículo de representação partidária. Depois das eleições de 2005, entraram em crise e muitos deles perderam a personalidade jurídica. A complexidade do sistema político boliviano se relaciona à interação entre vários atores que, em diferentes momentos políticos, levaram, primeiro, a um processo de decomposição do sistema político "tradicional" devido à crise do sistema e, posteriormente, a um processo gradual de estabilização na coparticipação do partido de Evo Morales com os sindicatos do país. Assim, as demandas sociais foram cooptadas num só partido: o MAS.

O cogoverno foi estabelecido dentro do mandato de Morales para gerar estabilidade social entre grupos políticos institucionalizados e sindicatos que funcionam como organizações representativas não institucionalizadas no país. O principal sindicato da Bolívia, a Central Obrera Boliviana (COB), teve coparticipação no governo com poder de veto na formação do gabinete e a possibilidade de nomear dois ministros do governo. O poder dos grupos sindicais na Bolívia se consolidou nesta etapa com o poder de decisão política institucionalizada nos governos de Morales.

Com certeza, o cogoverno foi uma forma bastante peculiar de gerar estabilidade democrática no país, resultando no período de maior governabilidade de um partido desde a restauração da democracia em 1985. Da mesma forma, o *Movimiento Al Socialismo* (MAS) é atualmente o partido mais importante do país: conquistou a maior votação da história na eleição de Evo Morales, em 2005, com 53,7%, compondo maioria na Câmara dos Deputados, e ampliou esse recorde com sua reeleição, em 2009, com 64% e, obtendo, novamente, maioria parlamentar em ambas as câmaras (Quiroga, 2013); já em 2014, alcançou 61%, firmando-se como a maior força política do país.

O MAS também foi um veículo para hegemonizar demandas a serem debatidas na Assembleia Constituinte e, assim, foi a base política da diversidade de demandas como bloco de representação contra os grupos opositores. O papel do partido foi fundamental para o processo histórico que o país estava enfrentando depois das crises político-sociais no início dos anos 2000 e, com a vitória da aprovação do novo texto Constitucional, inaugurou o Estado Plurinacional.

³ Nesta etapa a sigla é negada para participar dos comícios eleitorais

A reivindicação de grupos heterogêneos e populares – grupos articulados em torno de várias demandas – no estabelecimento de um Estado Plurinacional levou o governo de Morales a ser propício para estabelecer um apaziguamento das crises políticas que o país enfrentou entre 2001 e 2003, abrindo uma brecha para que novas representações políticas fossem legitimadas.

A participação política popular por diversos atores sociais é fundamental para entender a inclusão social em resposta às necessidades da população desatendida. Morales, como líder do partido do MAS-IPSP, promoveu o debate de questões indígenas-camponesas na agenda nacional de defesa da terra, coca, gás e água. Essa ascensão da liderança de Morales ao poder é caracterizada pela sua narrativa histórica, construída no discurso indigenista, articulando-se numa nova esquerda boliviana, retomando a identidade étnica como questão central de sujeito político.

Por outro lado, a Constituinte introduziu mudanças no interior do Estado, passando a repensar o "mito fundador" (Quiroga, 2013) do Estado Plurinacional. Uma sociedade em que se articula uma sociedade comprometida com as suas tradições e práticas, na qual as mudanças estatais foram regidas na legitimação de um discurso que distanciou as bases sociais da sociedade com a oligarquia. Esta prática pode ser constatada, evidenciando o uso constante de Morales a respeito da burguesia branca. Usando o adjetivo aimará "q'aras", ele se referia constantemente aos brancos para estabelecer uma construção distante do imaginário da sociedade boliviana.

Para Freidenberg (2007), Evo Morales não cumpre com todas as características de um líder populista pela relação com os seus seguidores, seu vínculo com as organizações políticas, seus hábitos e práticas de base sindical, entre outros. Porém a sua interrelação entre as demandas socioeconômicas, políticas e étnicas existentes na sociedade boliviana. Morales como líder seria distinto, por ser diferente do carismático. Ele se diferencia de todos os líderes de rasgo populista por sua relação com seus seguidores, através de sindicatos e organizações sociais e do seu próprio partido, portanto, no transcurso do governo de Morales, o partido vai mudando assim como vai se institucionalizando (Reis, 2013).

Esse populismo boliviano, caracterizado no governo de Morales, foi denominado como "*evismo*", articulando espaços de representação plural. Morales, que aparece como um *outsider* da política tradicional boliviana, projeta-se na política nacional como líder camponês dos movimentos sociais e representante dos sindicatos produtores de coca do Chapare.

Embora o legado do *evismo* se baseie nesses ganhos de representatividade que os movimentos sindicais, camponeses e indígenas ganham no espaço político e de decisões do país. No entanto, durante o último mandato de Morales, a participação e a inclusão dos movimentos sociais não foram o foco central, enquanto seu objetivo era permanecer no poder, seus esforços para ser reeleito foram muito mais influentes no sistema decisório.

Nesta última etapa, Morales empregava estratégias para concentrar poder e enfraquecer adversários. Este, juntamente com o apoio de suas bases, tentou arbitrariamente mudar a Constituição em 2016: depois de um referendo negar a possibilidade de nova reeleição, ele tentou acudir ao Tribunal Constitucional e, para as eleições de 2019, teve a possibilidade de concorrer nas eleições gerais. Depois de um processo eleitoral conturbado e com acusações de fraude, foi eleito com 47% dos votos válidos. No entanto, por causa do descontentamento da sociedade e uma oposição reacionária, o mandatário enfrentou conflitos com grupos da extrema direita boliviana. Devido ao período conturbado e

problemático de eleições e da deslegitimação do último período de seu governo, seu mandato é derrubado por meio de um golpe de Estado no mesmo ano.

5 Considerações finais

A partir deste trabalho exploratório, pode-se concluir que a teoria aqui apresentada não parece ser suficiente para compreender o caso andino. Isto por diversos motivos, derivados especialmente das particularidades de ambos casos. Aqui se buscou demonstrar que apesar de ambos países compartilharem uma origem comum, Peru e Bolívia vivenciaram processos políticos diferentes. Em consequência, pode-se considerar que ambos casos, embora compartilhem contextos similares, tiveram processos históricos diferentes, cujos legados refletem nas sociedades na atualidade. No caso da Bolívia, a nova forma de organização política da sociedade, com respeito à reivindicação política dos povos indígenas, as particularidades de organização do país levaram Evo Morales ao governo. As principais reformas do país foram estabelecidas no primeiro período, o que pode ser entendida como uma revolução passiva democrática, pelo avanço nos direitos políticos e cidadãos na incorporação de setores populares, além de estabelecer o governo mais estável da região, com a atuação de um partido hegemônico cada vez mais institucionalizado no sistema partidário. Outros autores, como Freidenberg (2007), caracterizam-no como etnopopulista, com um forte discurso identitário simbólico. No entanto, o governo de Morales foi a aposta de um governo popular que, com as suas características diferenciadas, levam a que seu governo seja catalogado de diferentes formas (Reis, 2013).

Isto não ocorreu no caso peruano, que tendeu à manutenção das estruturas sociais e políticas apesar das constantes reivindicações de populações camponesas e indígenas por participação. Contrariamente, apresenta líderes populistas excludentes, que se relacionam com a população mediante assuntos econômicos e de lei e ordem, tanto em relação à segurança vital quanto em referência à ordem política.

A Bolívia viveu uma constante tensão política e social durante o período anterior a 2005. Assim como o Peru, a Bolívia foi representada por partidos elitistas e excludentes para com a população até o conflito da guerra da água e do gás, e os protestos dos camponeses e indígenas eram brutalmente reprimidos. A partir da consolidação do MAS como partido hegemônico, vivenciaram-se muitas mudanças políticas e de grandes reivindicações que somente foram atendidas durante o governo de Morales. Entretanto, este foi considerado um político anti-*establishment* e *outsider*, embora não seja totalmente personalista, pela participação do partido como atomizador de vários outros líderes. Assim o “*evismo*” foi caracterizado pela adesão popular às instituições para recuperar espaços de representação frente ao Estado, no qual o processo da Constituinte significou historicamente a inclusão dos indígenas no campo político.

Assim, e apesar da sua participação como governo de esquerda que incluiu os setores excluídos, incentivou a participação dos povos indígenas e promoveu uma significativa mudança na estrutura do Estado que anteriormente os reprimia, Morales tentou reescrever a Constituição para procurar novamente a reeleição e se consolidar no poder, minando a democracia participativa, plural e direta que tinha pregado no início da sua eleição. Contudo, essa opção lhe foi negada com o Referendo do 21 de fevereiro de 2016, levando ao seu desgaste político até as eleições de 2019, quando se dá o golpe de Estado.

No caso do Peru, as reivindicações foram reprimidas recorrentemente pelos diversos governos, colocando o protesto como a principal forma de participação sem que esta garanta inclusão. Ao mesmo tempo, este país não vivenciou a formação de um partido capaz de representar os interesses de camponeses e indígenas no nível nacional.

Simultaneamente, Peru sempre contou com partidos de esquerda representantes dos interesses de trabalhadores do mundo urbano sem se aliar com os do interior. Isto tem efeito nos dias atuais, quando os diversos protestos de camponeses, indígenas e grupos indignados com a situação política não conseguem se unir, seja em um partido, seja em uma representação política.

Enquanto isso ocorre, a direita que parecia dispersa se unifica em torno da herdeira do *fujimorismo*, Keiko, que, apesar a nunca ter vencido uma eleição presidencial, é a liderança mais forte no Congresso peruano, que, embora tenha muita força política, carece de legitimidade na opinião pública. Assim, Peru pareceria nos mostrar que o populismo não basta para reunir as demandas desta população e outros elementos devem ser observados para compreender este caso.

Ambos casos mostram que, embora as diferenças e serem considerados forças de esquerda ou de direita, não se garantiu mais do que mudanças no sistema econômico e produtivo. Isto porque Peru não debate a agenda de direitos, e o *evismo* não garantiu nenhum avanço em referência a esta. Esta particularidade mostra que características como a religiosidade e sincretismos poderiam ser explicativas, além de que deve se observar as particularidades da esquerda e da direita.

Referências

BUENO, Gildardo. El populismo como concepto en América Latina y en Colombia. *Estudios Políticos*, n. 42, p. 112-137, 2013,

CONAGHAN, Caroline. The irrelevant right: Alberto Fujimori and the new politics of pragmatic Peru. In: MIDDLEBROOK, Kevin J. (Ed.). *Conservative parties, the right, and democracy in Latin America*. Baltimore; Londres: Johns Hopkins University Press, 2000, p. 255-284.

COTLER, Julio. Political parties and the problems of democratic consolidation in Peru. In: MAINWARING, Scott; SCULLY (Eds.). *Building democratic institutions. Party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1980, p. 323-353.

DE LA TORRE, Carlos. El populismo latinoamericano, entre la democratización y el autoritarismo. *Nueva Sociedad*, n. 1111, p. 1-17, jun. 2013.

DEGREGORI, Carlos. I; GROMPONE, Romeo. *Elecciones 1990: demonios y redentores en el nuevo Perú, una tragedia en dos vueltas*. Lima: IEP, 1991.

DI TELLA, Torcuato. *Desarrollo económico y populismo en la Argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1965.

DOUROJEANNI, M. J. *La Revista Forestal del Perú*. Revista forestal del Perú, v. 32, n. 1, p. 1-3, 2017.

FREIDENBERG, Flavia. *La tentación populista: una vía al poder en América Latina*. Madrid: Síntesis, 2007.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época en transición, de la sociedad tradicional a la sociedad*

de masa. Buenos Aires: Paidós, 1964.

GIL, Rodrigo. *“Viva la vida, la familia, la libertad y la patria”: anotaciones sobre la derecha política y el movimiento conservador en el Perú en clave comparada*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2022.

IANNI, Otavio. *Populismo y contradicciones de clases en América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1975.

INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

KAYSEL, André.. *Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964)*. São Paulo: Alameda, 2018.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LANCASTER, Caroline Marie. Value shift: immigration attitudes and the sociocultural divide. *British Journal of Political Science*, v. 52, n. 1, p. 1-20, 2022.

LEVITSKY, Steven; LOXTON, James. (2013). Populism and competitive authoritarianism in the Andes. *Democratization*, v. 20, n. 1, p. 107-136, jan. 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. Nueva York: Crown, 2018.

LINERA, Álvaro. *O poder plebeu: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. 2.ed. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2009.

MENDONÇA, Daniel de; RESENDE, Erica Simone Almeida. A especificidade do populismo de esquerda. *História (São Paulo)*, v. 40, p. 1-18, 2021.

MENDONÇA, Daniel de; MACHADO, Igor. Apresentação do dossiê: O populismo e a construção política do povo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 10-27, 2021.

MIRANDA, Boris.. Renuncia PPK: cómo la disputa entre los hermanos Keiko y Kenji Fujimori le dio la estocada final al mandato del Presidente de Perú. *BBC News Mundo*, 28 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43495286>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MOLS, Frank; JETTEN, Jolanda.. Understanding support for populist radical right parties: toward a model that captures both demand-and supply-side factors. *Frontiers in communication*, v. 5, p. 1-13, 2020.

MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. London: Verso, 2018.

MOUNK, Yascha. *The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

MÜLLER, Jan-Werner. *O que é Populismo?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MUDDE, Cas. *The populist zeitgeist: government and opposition*. Athens: University of Georgia 2005.

MUDDE, Cas. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal *et al.* (eds.), *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press. 2017, p. 27-47.

- MUDDE, Cas. *La ultraderecha hoy*. Buenos Aires: Paidós, 2021.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal (Ed.). *Populism in Europe and the Americas: threat or corrective for democracy?* New York, Cambridge University Press, 2012.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. *Populismo: una breve introducción*. Madrid: Alianza, 2017.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, brexit, and authoritarian populism*. New York: Cambridge University Press, 2019.
- PANIZZA, Francisco. *Populism and the mirror of democracy*. London; New York: Verso, 2005.
- QUIROGA, Maria Virigia. A identidade política do MAS-IPSP na Bolívia: tradições, demandas e antagonismos. *Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 11, p. 249-271, 2013.
- REIS, Guilherme Simões. A social-democracia do MAS boliviano. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, p. 67-83, 2013.
- RUBIO, Julia. El sistema de Perú (1980-2015). In: FREIDENBERG, Flávia (Ed.). *Los sistemas de partidos en America Latina 1978-2015*. Ciudad de México: Instituto Nacional Eleitoral, 2016, p. 449-488.
- SPRONG, Stefanie. Our country needs a strong leader right now: economic inequality enhances the wish for a strong leader. *Psychological Science*, v.11, n.30, p. 1625-1637, 2019.
- TANAKA, Martin; VERA, Sofia. El "neodualismo" de la política peruana. *Revista de Ciencia Política*, v. 28, n. 1,, p. 347-365, 2010.
- VISCARRA, Sofia. Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014). *Revista Agenda Política*, v. 5 n, 3, p. 74-107, 2017.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WEYLAND, Kurt. Populism: a political-strategic approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal *et al.* (eds.), *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press. 2017, p. 48-72.
- ZAVALETA M., René. *O nacional-popular na Bolívia*. Cidade: Siglo XXI, 1986.

Artigo recebido em: Dezembro/2023

Aprovado em: Março/2024

Agustina Martiarena (agustinamartiarena@estudante.ufscar.br) é doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e graduada em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Ana Carol Aldapi Vaquera (ana.vaquera@estudante.ufscar.br) é doutoranda em Ciências Política pela UFSCar, mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFPB e graduada em Ciência Política pela UCB Bolívia, revalidada em Relações Internacionais pela UFPB.

Populismo na comunidade andina: os casos do Peru e Bolívia

Resumo: Questionando o conceito de populismo para estudar políticos latinoamericanos da atualidade, este trabalho observa à luz das principais teorias os casos do Peru e da Bolívia, dois países com origens e demografia similares mas trajetórias e resultados diferentes. Assim, observa as principais variáveis de demanda de populismo e a partir da base de dados do Latinobarómetro, elabora quadros e tabelas que apresentam algumas características de cada caso. Na sequência, revisa parte da história política para preencher parte dos vazios que a parte anterior deixou. Conclui assim que, deve-se estudar cada caso com maior aprofundamento e explicando suas particularidades.

Palavras-chave: Populismo; direita; esquerda; Bolívia; Peru; democracia.

Populism in the Andean Community: The Cases of Peru and Bolivia

Abstract: Questioning the concept of populism to study contemporary Latin American politicians, this work examines, in light of major theories, the cases of Peru and Bolivia, two countries with similar origins and demographics but different trajectories and outcomes. Thus, it observes the main variables of populism demand and, based on Latinobarómetro's database, elaborates charts and tables presenting some characteristics of each case. Subsequently, it revises part of the political history to fill in some of the gaps left by the previous section. It concludes that each case should be studied in greater depth, explaining its particularities.

Keyword: Populism; Right; left; Bolivia; Peru; democracy.